

O ASPECTO COMPENSATÓRIO DOS SONHOS NA PSICOLOGIA ANALÍTICA¹

Renan de Campos Coelho²
Paulo Ferreira Bonfatti³

RESUMO:

A questão dos sonhos sempre foi aspecto relevante dentro das teorias psicodinâmicas. Mostrando-se como uma preciosa oportunidade de observação da manifestação direta do inconsciente, as produções oníricas foram abordadas de maneira distinta pelas diferentes correntes psicológicas. Este artigo é resultado de um estudo da literatura sobre o sonho e sua função compensatória, conforme o entendimento da Psicologia Analítica, criada pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung. Em sua teoria, Jung, de maneira recorrente, destacava a importância do sonho na compreensão da psique. Direta ou indiretamente, o tema onírico é assunto presente na maioria das obras junguiana, possuindo um valor inestimável para a teoria e para o processo analítico prático. Desta maneira, com o presente estudo, tem-se o objetivo de investigar como a psicologia analítica compreende o sonho e suas funções, especialmente a compensatória, que representa a faceta onírica do mecanismo autorregulatório da psique, bem como sua relevância para o funcionamento psíquico geral.

Palavras-chave: Sonho. Função Compensatória. Jung. Psicologia Analítica.

THE COMPENSATORY ASPECT OF DREAMS IN ANALYTICAL PSYCHOLOGY

ABSTRACT:

The matter of dreams has always been a relevant aspect of psychodynamic theories. Presenting itself as a precious opportunity to observe the direct manifestation of the unconscious, dream productions were approached in different ways by the different psychological currents. This article is the result of a study of the literature on dream and its compensatory function, according to the understanding of Analytical Psychology, created by the Swiss psychiatrist Carl Gustav Jung. In his theory, Jung repeatedly emphasized the importance of the dream in understanding the psyche. Directly or indirectly, the dream theme is a subject present in most Jungian works, having an inestimable value for the theory and for the practical analytical process. Thus, the goal of this study is to investigate how analytical psychology understands the dream and its functions, especially the compensatory one, which represents the

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA), na Linha de Pesquisa Psicologia Clínica. Recebido em 20/05/2021 e aprovado, após reformulações, em 24/06/2021

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: renan1901@gmail.com

³ Doutor em Psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: paulobonfatti@hotmail.com
CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 5, p. 276-298, jan./jun. 2021 – ISSN 2674-9483

dream facet of the self-regulatory mechanism of the psyche, as well as its relevance to the general psychic functioning.

Keywords: Dream. Compensatory Function. Jung. Analytical Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Sonhar é uma atividade psíquica comum a todos os seres humanos. Desde os primeiros registros históricos, no início da civilização, referências às produções oníricas permeavam todas as culturas humanas (RIBEIRO, 2019). De acordo com Franz (1988), no Épico de Gilgamesh, rei da cidade de Uruk, na Suméria, uma das primeiras manifestações escritas de que se tem notícia, existe relato de um sonho. Destaca-se que essa descrição onírica foi considerada importante o suficiente para ser gravada em pedra, há aproximadamente 4.600 anos.

Conforme Jung (2016a), os sonhos eram considerados manifestações importantes para os povos antigos, não apenas por constarem de seus relatos mitológicos, mas, também, para determinar as atitudes de seus membros e apontar os rumos de sua própria sociedade. Jung, tendo viajado por diversos locais em que o pensamento inaugural de antigas sociedades ainda se mantinha quase intacto, pôde observar tais fatos em primeira mão. Foi assim que, numa viagem ao continente africano em 1925, soube de um dos curandeiros, velho chefe de uma das tribos, que, “[...] outrora, os *laibons* [chefes curandeiros] tinham sonhos e sabiam quando haveria guerras ou doenças, se a chuva viria e para onde os rebanhos deveriam ser levados” (JUNG, 2016a, p. 266). Dessa maneira, o respeito pela mensagem do sonho ditava as ações e os rumos da tribo. A cultura Guarani, que faz parte da origem do povo brasileiro, foi, e ainda é muito influenciada pelos sonhos, orientando suas ações após a interpretação dos mesmos que, em sua concepção, predizem o futuro e devem ser obedecidos (MACHADO; BELTRÃO, 2011).

Segundo Ribeiro (2019), os sonhos e suas respectivas interpretações, considerados, por muitos povos, como a manifestação da vontade dos deuses, forjaram os preceitos e passagens de muitas religiões, estando presentes, por exemplo, no Livro dos Mortos egípcio, bem como na Bíblia judaico-cristã, no Corão islâmico e no Budismo. Do mesmo modo, os sonhos também foram objetos de

apreciação e discussão dos pensadores gregos, tais como Artemidoro e Macróbio, o que confirma a importância da função onírica na construção cultural ocidental. Na mitologia, o sonho se mostrava como elemento igualmente relevante, desempenhando papel fundamental na narrativa de personagens nórdicos, sumérios, chineses e babilônicos, mas, também, definindo trajetórias de personagens históricos reais, como Nabucodonosor, imperador da Babilônia, Astíages, rei dos medas, e Sargão da Acádia.

Ainda de acordo com Ribeiro (2019), a utilização do sonho como meio de cura para enfermidades - já que eram considerados orientações divinatórias - foi muito significativa em culturas como a grega, romana, egípcia e bizantina. A importância do sonho atingiu seu ápice na civilização romana, quando os relatos oníricos eram utilizados para justificar e legitimar quaisquer atos praticados por personagens políticas da época. Ainda segundo Ribeiro (2019), a partir da Idade Média, com a formação dos estados nacionais europeus, os sonhos foram, gradativamente, perdendo seu caráter decisivo nos ditames dos rumos sociais, passando a ser considerados como blasfêmia e influência herética. Ainda assim, havia na Idade Média, conforme Jung (2012), a admissão de possibilidade de uma intervenção divina por meio dos sonhos, mas, a decisão final sobre tratar-se de uma revelação genuína sempre cabia à Igreja.

O descrédito nos sonhos continuou crescendo ao longo dos anos, atingindo seu ápice no racionalismo europeu do século XVIII (RIBEIRO, 2019). Para o pensamento racionalista, que embasa tanto a ciência quanto o capitalismo, não mais se justificava obter presságios para decisões importantes por meio dos sonhos, caindo os mesmos em desuso nas cortes européias (RIBEIRO, 2019).

Coube a Freud o resgate dos estudos sobre os sonhos em sua obra **A Interpretação dos Sonhos** (FREUD, 2016), publicada na virada do século XIX para o século XX, que voltou o olhar para as produções oníricas, agora na busca de um enfoque científico. Dessa maneira, o tema passou a ter uma maior aceitação, ainda que longe da ideal, no meio acadêmico.

Carl Gustav Jung, que já possuía ideias próprias acerca da psique e seu modo de funcionamento mesmo antes do período em que trabalhou em colaboração com Freud, compreendia as questões oníricas de maneira diferente e, principalmente, mais

abrangente do que o neurologista austríaco. Dessa maneira, elaborou seu próprio corpo teórico, que ficou conhecido como Psicologia Analítica (JUNG, 2016b).

Assim, ante a significação histórica das produções oníricas na evolução da humanidade, bem como ao aspecto fundamental que as mesmas têm para a Psicologia Analítica e a observação do inconsciente, faz-se relevante o aprofundamento nessa temática. O presente estudo analisou parte da produção da Psicologia Analítica, como textos que abordam os sonhos e sua respectiva função compensatória. Além disso, buscou fazer um apanhado sobre a compreensão do aparelho psíquico e dos sonhos para a Psicologia Analítica. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, que permite maior liberdade no momento de coletar as referências, justificado pelo caráter exploratório da referida revisão. O trabalho tem como base textos de Carl Gustav Jung, bem como de outros autores relevantes dentro do contexto da Psicologia, mormente da Psicologia Analítica.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O APARELHO PSÍQUICO NA CONCEPÇÃO JUNGUIANA

O sonho é um produto psíquico (JUNG, 2019a) e, portanto, antes de serem abordados os temas concernentes ao campo das produções oníricas e, conseqüentemente, à função compensatória presente nas mesmas, faz-se necessária uma aproximação acerca da compreensão de Carl Gustav Jung sobre a estrutura da psique humana.

A Psicologia Analítica, nome pelo qual ficou conhecido o arcabouço teórico elaborado pelo psiquiatra suíço, concebe a psique humana “[...] como algo maior do que o senso de si mesmo, identificado como o eu; [assim,] a psique engloba o consciente e o inconsciente” (HOPCKE, 2012, p. 49).

Segundo Hall e Nordby (2014), a única parte da mente conhecida diretamente pelo indivíduo é a consciência. Dentro dessa perspectiva, o consciente engloba as “[...] relações entre conteúdos psíquicos e o ego, que é o centro [...]” daquele (SILVEIRA, 1997, p. 63). O ego funciona como um organizador da mente consciente, de suas recordações, percepções e sentimentos, fornecendo identidade e continuidade à personalidade (HALL; NORDBY, 2014). De maneira simplificada, é o

modo como o indivíduo se enxerga, com os sentimentos que acompanham essa atividade (HOPCKE, 2012).

Além de sua faceta consciente, a psique humana, no que concerne à visão junguiana, também comporta uma parcela inconsciente, sendo que esta é igualmente subdividida em instâncias, uma pessoal e, outra, coletiva. Dessa maneira, o inconsciente pessoal

[...] refere-se às camadas mais superficiais do inconsciente, cujas fronteiras com o consciente são bastante imprecisas. Aí estão incluídas as percepções e impressões subliminares dotadas de carga energética insuficiente para atingir o consciente; combinações de ideias ainda demasiado fracas e indiferenciadas; traços de acontecimentos ocorridos durante o curso da vida e perdidos pela memória consciente; recordações penosas de serem lembradas; e, sobretudo, grupos de representações carregados de forte potencial afetivo, incompatíveis com a atitude consciente (complexos)⁴. Acrescenta-se a soma das qualidades que nos são inerentes e que ocultamos de nós próprios, nosso lado negativo, escuro (SILVEIRA, 1997, p. 63-64).

No inconsciente pessoal, portanto, jazem os conteúdos que já fizeram parte da psique consciente, mas que, seja por irrelevância ou incompatibilidade com a atitude consciente do indivíduo, não o são mais; percepções e impressões subliminares; bem como o lado negativo do indivíduo, que ele oculta de si mesmo.

Uma outra dimensão da instância inconsciente da psique humana e que, diferentemente do inconsciente pessoal, independe da experiência subjetiva do indivíduo, foi denominada por Jung de inconsciente coletivo. Jung (2014a) compreende que o homem, assim como os demais animais, possui uma psique pré-formada de acordo com sua espécie. Por meio desta instância psíquica, o ser humano herda aquilo que é tipicamente humano, uma predisposição para agir de modo peculiar à espécie humana, as imagens primordiais. Importante ressaltar que, para Jung, “‘imagens’ expressam não só a forma da atividade a ser exercida, mas também, simultaneamente, a situação típica na qual se desencadeia a atividade” (JUNG, 2014a, p. 85).

Jung postula que no transcurso da evolução humana as experiências vividas pelos indivíduos ficam gravadas no inconsciente coletivo e, posteriormente, são herdadas pelas gerações seguintes (JUNG, 2014a). Para ele, não é o processo físico,

⁴ “[...] complexo é uma reunião de imagens e idéias, conglomeradas em torno de um núcleo derivado de um ou mais arquétipos, e caracterizadas por uma tonalidade emocional comum.” (SAMUELS; SHORTER; PLAUT, 1988, p.49)

o acontecimento externo, que fica registrado na psique, mas as fantasias carregadas de afeto por ele geradas (JUNG, 2019a).

[...] Não são as tempestades, não são os trovões e os relâmpagos, nem a chuva e as nuvens que se fixam como imagens na alma, mas as fantasias causadas pelos afetos. Certa vez assistia a um violento terremoto, e minha primeira e imediata sensação era a de que eu não estava mais na terra sólida e familiar, mas sobre a pele de um gigantesco animal que sacolejava sob meus pés. Foi esta a imagem que se gravou e não o fato físico. As maldições do homem contra os temporais, seu medo perante os elementos desencadeados antropomorfizam a paixão da natureza, e o elemento puramente físico se transforma em um deus furioso (JUNG, 2019a, p. 99-100).

Na medida em que experiências deste tipo se repetem de maneira característica, as fantasias afetivas que a partir delas se formam ficam impressas no inconsciente coletivo (JUNG, 2019a).

Dessa maneira, Silveira (1997) afirma que os conteúdos que preenchem o inconsciente coletivo são impessoais e comuns a todos os seres humanos. Jung utiliza o termo arquétipo para designar essas disposições latentes, “[...] determinando que há tantos arquétipos quantas situações típicas na vida” (JUNG, 2014a, p. 57). Importante ressaltar, que o ser humano não herda ideias ou imagens prontas, específicas, mas sim as possibilidades psíquicas de representações semelhantes às mesmas (JUNG, 2014a).

Conforme Hall e Norby (2014), os conteúdos do inconsciente coletivo, portanto, não somente independem da experiência pessoal do indivíduo, mas, além disso, possuem representações que jamais foram conscientes para o mesmo. Referido aspecto dessas representações, infundem-lhes uma faceta criativa. Segundo Jung, “uma vez que tudo o que é psíquico é pré-formado, cada uma de suas funções também o é, especialmente as que derivam diretamente das disposições inconscientes. A estas pertence a *fantasia criativa*.” (JUNG, 2014a, p. 86). Jung notou esse aspecto criativo da psique ao perceber que os arquétipos “[...] ressurgem em qualquer tempo e lugar, sem a influência de uma transmissão externa.” (JUNG, 2014a, p. 86). Assim, ele constatou a presença de disposições psíquicas inconscientes que, de maneira instintiva, pré-formam e influenciam o comportamento humano (JUNG, 2014a). Desta maneira, há uma estrutura inata da psique que, *a priori*, condiciona todas as atividades humanas. Em outras palavras, o comportamento de cada ser humano, mesmo naquilo que revela sua personalidade singular, é haurido dessas

predisposições psíquicas, o que demonstra a faceta criativa das mesmas (JUNG, 2014a).

A esfera coletiva “[...] corresponde às camadas mais profundas do inconsciente, aos fundamentos estruturais da psique, comum a todos os homens” (SILVEIRA, 1997, p. 64). Dessa maneira, o inconsciente coletivo também foi designado, por Jung (2014a), como psique objetiva, enfatizando, “[...] de modo especial, que as profundezas da psique humana são objetivamente tão reais quanto o universo ‘real’, exterior, da experiência coletiva consciente” (HALL, 2007, p. 13).

Assim, Hall (2007) afirma que o inconsciente coletivo tem como conteúdo básico os arquétipos, que podem ser compreendidos como “[...] uma tendência para estruturar as imagens de nossa experiência de maneira particular” (HALL, 2007, p. 15) e “[...] um molde psíquico no qual são despejadas as experiências individuais e coletivas, onde elas tomam forma” (HOPCKE, 2012, p. 25). Na definição de Jung,

[...] o arquétipo é um elemento vazio e formal, nada mais sendo do que uma *facultas praeformandi* [possibilidade de pré-formação], uma possibilidade dada *a priori* da forma da sua representação. O que é herdado não são as ideias em si, mas as formas, as quais sob esse aspecto particular correspondem aos instintos igualmente determinados por sua forma. Provar a essência dos arquétipos em si é uma possibilidade tão remota quanto a de provar a dos instintos, enquanto os mesmos não são postos em ação *in concreto* [de modo concreto] (JUNG, 2014a, p. 87).

Portanto, conforme Hall e Norby (2014), estimulando um padrão pré-formado de comportamento pessoal, os arquétipos são responsáveis pela seletividade da percepção e da ação, mas o desenvolvimento e a expressão dessa ação dependem inteiramente da experiência individual.

Os arquétipos, portanto, determinam a forma de se estruturar a experiência, não o conteúdo desta, ou seja, “[...] uma imagem primordial só pode ser determinada quanto ao conteúdo, no caso de tornar-se consciente e, portanto, preenchida com o material da experiência consciente” (JUNG, 2014a, p. 87). Dessa maneira, o arquétipo, que é a forma de se estruturar a experiência, quando preenchido com o material da experiência subjetiva consciente, torna-se imagem arquetípica.

De acordo com Franz (2016), assim como o ego é o centro organizador da psique consciente, a psique total, incluindo todas as suas instâncias, também possui um centro, um núcleo, de onde emanam as imagens psíquicas, incluindo as oníricas,

denominado por Jung como *self*. Ainda conforme Franz (2016), o *self* é detentor das potencialidades máximas da psique, mesmo que ainda latentes, não realizadas e concretizadas, mas que podem vir a sê-lo por meio da conscientização dos conteúdos inconscientes.

A esse processo de conscientização dos conteúdos inconscientes emanados pelo *self*, Jung denominou individuação, a busca da realização da psique total. Referido processo deve ser realizado por intermédio do ego, tendo em vista ser esse o operador da psique consciente. Para Hopcke (2012), a psique tende para a realização de sua totalidade e para o equilíbrio, num processo de unificação de opostos para formar um todo indivisível, tornar-se um, individuar-se, sendo, segundo o autor, o auxílio a esse processo o propósito último da análise junguiana, mesmo que este não possa ser terminado em vida. A esse respeito, Jung entende que a realização total do ser é um ideal inatingível, mas que não deve ser por isso rechaçado, “[...] pois os ideais são apenas os indicadores do caminho e não as metas visadas” (JUNG, 2013b, p. 183).

Essa “[...] tendência instintiva a realizar plenamente potencialidades inatas” (SILVEIRA, 1997, p. 77-78), o processo de individuação, busca uma harmonização da consciência com o centro da psique total, a autorrealização da personalidade global, e que evoluirá, portanto, de acordo com a capacidade do ego de compreender os conteúdos advindos do *self* e que surgem na mente consciente, sobretudo, por meio das produções oníricas (FRANZ, 2016).

Portanto, didaticamente, pode-se considerar a psique humana, sob o enfoque da Psicologia Analítica, dividida em três instâncias: a consciência, o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo ou psique objetiva (HALL, 2007).

3 A VISÃO DE JUNG SOBRE OS SONHOS

Para Jung, “[...] o sonho é uma autorrepresentação, em forma espontânea e simbólica, da situação atual do inconsciente” (JUNG, 2019a, p. 215). Essa perspectiva demonstra a concepção que o psiquiatra suíço tinha a respeito dos sonhos, numa visão aberta, sem ideias preconcebidas sobre a significação e interpretação dos mesmos, diferentemente de Freud que, na obra **A Interpretação dos Sonhos** (FREUD, 2016), os interpretava como sendo uma satisfação disfarçada de desejos

infantis reprimidos (MATOON, 2013). Jung não se preocupou em elaborar um texto fechado e sistematizado a respeito de sua teoria onírica, não só pelo fato de entender os sonhos como produções psíquicas com alto grau de irracionalidade e especificidade, mas também pelo fato de nunca entender como definitivos seus conceitos teóricos (JUNG, 2013b). Ainda assim, o valor dos sonhos para toda a estruturação de sua teoria da psique não pode ser diminuído, tendo em vista que o assunto é constantemente abordado ao longo de sua obra, ocupando parte de destaque em seus textos.

Diferentemente de Freud, que adotava a perspectiva causal, Jung compreendia a psique com um funcionamento orientado a um fim. Segundo Jung (2013a), a perspectiva causal compreende uma dada situação psíquica como efeito resultante de uma causa, ou seja, de um “por quê”. A visão finalista, continua o autor, entende que as atividades psíquicas têm um “para quê”, ou seja, um sentido de direcionamento a um objetivo (JUNG, 2019a). Jung (2019a) usa o termo finalidade de maneira proposital, diferenciando-o de teleológico, pois este pressupõe a prefixação de um objetivo específico a ser alcançado, uma causa final.

Por mais que não descartasse totalmente a hipótese causal, Jung compreendia essa perspectiva como limitada, incompleta, pois não abarcaria o sentido finalista que permeia o funcionamento psíquico como um todo (JUNG, 2019b). Além disso, os sonhos, mesmo que abordados somente por essa mesma perspectiva causal, ainda significariam mais do que exclusivamente a satisfação de desejos reprimidos. Sendo assim,

[...] o ponto de vista da finalidade que oponho à concepção de Freud, não implica, como expressamente o sublinho, uma negação das causas do sonho, mas antes uma interpretação diferente dos seus materiais associativos. [...] Em qualquer circunstância, é possível perguntar-se “por quê” e “para quê”, pois toda estrutura orgânica é constituída de um complexo sistema de funções com finalidade bem definida e cada uma delas pode decompor-se numa série de fatos individuais, orientados para uma finalidade precisa (JUNG, 2019a, p. 192).

A visão essencialmente causalista, quando aplicada na interpretação onírica, pode vir a se tornar um obstáculo para o desenvolvimento do analisando (JUNG, 2019b). Por estar com a atenção voltada sempre ao passado, induz o sonhador, em muitas ocasiões, a procurar por acontecimentos de sua infância impossíveis de serem

encontrados, deixando descuidados outros aspectos de interesse imediato (JUNG, 2019b).

A questão do disfarce proposta por Freud (2016), que no sonho funcionaria uma espécie de censor impedindo que o desejo penetre de maneira livre na instância consciente, também é pouco relevada por Jung. No entendimento do psiquiatra suíço, o sonho, sendo um produto natural da psique, não necessita de disfarces, e representa, portanto, “[...] as manifestações não falsificadas da atividade criadora inconsciente” (JUNG, 2013b, p. 112). Segundo este autor, “o sonho é um fenômeno natural e não há nenhuma razão evidente para considerá-lo um engenhoso estratagema destinado a enganar-nos” (JUNG, 2012, p. 43).

Conforme Jung (2016b), a dificuldade de compreensão dos sonhos não viria, portanto, desse disfarce, mas sim da dificuldade em captar o seu conteúdo emocional, pois este se manifesta por meio de uma linguagem simbólica, muito diferente daquela a que estamos acostumados a lidar em nossa vida consciente.

Também em desacordo com a teoria freudiana, Jung não considerava o inconsciente apenas como um depósito de impulsos reprimidos outrora conscientes, mas também como um repositório criativo de ideias e situações psíquicas ainda não realizadas, ou seja, que nunca foram conscientes, provenientes do inconsciente coletivo, e que, portanto, não podem ser explicados em termos de memória (JUNG, 2016b).

Além disso, uma fundamental distinção da abordagem junguiana dos sonhos em relação à perspectiva freudiana é concernente à análise ou interpretação das produções oníricas. De acordo com Jung (2016b), a perspectiva causal adotada por Freud, por mais que levasse em consideração as associações trazidas pelo próprio sonhador, propiciava à uniformização do significado de vários símbolos oníricos, afastando o intérprete do sentido da mensagem que o inconsciente produz. Essa imagem trazida pelo inconsciente, para Jung, é sempre individual, ou seja, sempre vinculada à personalidade global do sonhador. Sendo assim, uma significação simbólica fixada *a priori* acaba por prejudicar a análise do sonho. Dessa maneira, “os sonhos são fenômenos completamente individuais e seus símbolos não podem ser catalogados” (JUNG, 2016b, p. 61).

Para Jung (2014), os sonhos, sendo uma autoexpressão do inconsciente, não se limitam a apresentar somente os conteúdos pessoais do sonhador. As produções

oníricas também manifestam os arquétipos, as predisposições herdadas que, como já apontado, jazem no inconsciente coletivo. Os sonhos, inclusive, são as principais fontes que indicam a existência dos arquétipos já que, por representarem produções espontâneas do inconsciente psíquico, são “[...] produtos da natureza, puros e não influenciados por qualquer intenção consciente” (JUNG, 2014a, p. 57).

Segundo Jung (2015), o sonhar indica, ainda, que a atividade inconsciente parece ser contínua. Portanto, mesmo no período do sono, quando a energia psíquica direcionada à consciência se apresenta em níveis ínfimos, a psique ainda trabalha, pois o indivíduo sonha todas as noites, ainda que não se recorde posteriormente.

Além disso, as manifestações oníricas apresentam, ainda, mais uma característica e não menos importante. De acordo com Mattoon (2013), por meio dos sonhos de uma pessoa, pode-se obter informações acerca de seu autoconceito, o que o indivíduo pensa de si, e que “[...] frequentemente não estão disponíveis a partir de outras fontes [...]” (MATTOON, 2013, p. 26). Portanto, sendo a produção inconsciente do sonho desvinculada da vontade do sonhador, por meio dos sonhos pode ser captada a noção que o indivíduo tem de si sem interferência da intenção consciente. A compreensão da relação entre o autoconceito e o comportamento do indivíduo pode ajudar a elucidar questões práticas e a orientar o direcionamento da psicoterapia (MATTOON, 2013).

Os sonhos, para Jung (2019a), se comunicam numa linguagem figurada, simbólica, com conteúdos inconscientes em associação com o estado momentâneo da consciência. Para o autor, a análise dessa associação entre a produção onírica inconsciente e o estado consciente da pessoa, dependerá sempre das circunstâncias individuais do sonhador, bem como de seu estado de espírito (JUNG, 2016b). Dessa maneira, o símbolo, a linguagem utilizada pelo inconsciente nos sonhos, não pode ser separado da pessoa que o sonhou, fortalecendo o aspecto individual de sua significação (JUNG, 2016b). O símbolo onírico, portanto, não pode ser interpretado a partir de definições preconcebidas, pois terá sempre relação com a subjetividade do sonhador. O ponto de vista finalista adotado por Jung, por não entender que os símbolos possuem uma significação fixa, “[...] considera as imagens oníricas importantes em si mesmas, tendo cada uma delas sua própria significação, em virtude da qual elas aparecem nos sonhos” (JUNG, 2019a, p.195-196).

Para a Psicologia Analítica, os símbolos podem ser considerados como “[...] a expressão de coisas significativas para as quais não há, no momento, formulação mais perfeita” (SILVEIRA, 1997, p. 71). Já para Freud (2016), o símbolo resultava do conflito entre a censura e o desejo reprimido. Jung, porém, via no símbolo uma função mediadora, “[...] uma tentativa de encontro entre opostos movida pela tendência inconsciente à totalização” (SILVEIRA, 1997, p. 72). A esse respeito, Jung (2016b) destaca o papel mediador dos símbolos oníricos com relação ao processo civilizatório dos últimos séculos. Com a primazia da razão separa-se cada vez mais a consciência das camadas instintivas da psique. Em prol do equilíbrio psíquico, o ser humano deve manter as instâncias consciente e inconsciente interligadas. Os símbolos oníricos, nesse particular, são “[...] mensageiros indispensáveis da parte instintiva da mente humana para sua parte racional [...]” (JUNG, 2016b, p. 60).

Para Jung (2016b), o símbolo surge na tentativa de representar ideias que ainda não se podem definir por completo. Por mais que uma imagem simbólica seja familiar, para que assim seja considerada deve sempre trazer conotações especiais, inconscientes, as quais nunca são completamente compreendidas pela razão (JUNG, 2016b).

Na medida em que toda experiência humana passa pelo aparelho psíquico, e este possui uma parcela inconsciente, referida experiência transforma-se num fenômeno cuja natureza não pode ser completamente conhecida, restando sempre um aspecto inacessível de maneira direta pela intenção consciente (JUNG, 2016b). Fatores desconhecidos, portanto, estão presentes em todas as experiências do indivíduo, carregando essa parcela inconsciente. Para Jung (2016b), o símbolo, da mesma maneira, também contém um aspecto desconhecido, inconsciente, que não permite que seja definido de maneira completa e exata. Dessa maneira, o significado de um símbolo é mais amplo do que aquilo que expressa.

Conforme Mattoon (2013), Jung, na análise de um símbolo, procurava por um significado mais abrangente do que a sua aparência imediata transparecia e que tivesse relação com a subjetividade do sonhador. Assim, um símbolo seria, portanto, a melhor representação possível para fatos psíquicos desconhecidos relativos ao contexto de quem sonha, ou seja, não pode ser reduzido a uma significação fixa. Dessa maneira, para Jung (2016b), sendo o sonho uma expressão do inconsciente, é

produzido numa linguagem simbólica e de acordo com a situação consciente do sonhador.

Jung compreendia que os sonhos seriam mais do que apenas a satisfação de desejos reprimidos, representando, também, receios e desejos já realizados, exprimindo “[...] verdades implacáveis, sentenças filosóficas, ilusões, desenfreadas fantasias, recordações, planos, antecipações, e até visões telepáticas, experiências irracionais” (JUNG, 2019b, p. 30-31).

Para Jung (2019a), há os sonhos reativos, relacionados a traumas cujas formas não são somente psíquicas, mas também físicas. Também chamado de traumático, esse sonho é “[...] aquele que recorda uma situação que ameaçou a vida do sonhador, como uma guerra ou catástrofe natural, ou ainda que reflete uma condição física patológica, como uma dor intensa.” (MATTOON, 2013, p. 246). Sua assimilação pela consciência não acaba com a perturbação que o determinou, pois esta se vincula ao evento traumático e irá persistir até que tenha diminuído suficientemente o impacto emocional do trauma (MATTOON, 2013). A análise, portanto, não impacta a ocorrência dos sonhos traumáticos, pois esses não têm relação com a situação consciente do sonhador além da preocupação com a experiência traumática em si.

Segundo Jung (2019a), na prática, é difícil definir se um sonho é essencialmente reativo ou se reproduz a situação traumática apenas de maneira simbólica. Até mesmo os estímulos somáticos podem ser utilizados como expressão simbólica de conteúdo inconsciente (JUNG, 2019a). A análise do sonho, porém, pode vir a elucidar a questão, pois a “[...] reprodução da cena dramática se interrompe se a interpretação é correta, ao passo que a reprodução reativa não é afetada [...]” (JUNG, 2019a, p. 212) por ela.

Os sonhos podem, também, refletir percepções extrassensoriais, sendo telepáticos ou precognitivos (MATTOON, 2013). O sonho telepático, em sua maioria, traz a antecipação, temporal e espacial, de um acontecimento particularmente afetivo, cuja importância “[...] ajuda a explicar ou pelo menos a compreender o seu pressentimento ou percepção à distância [...]” (JUNG, 2019a, p. 214). Há, porém, sonhos telepáticos que se referem a questões banais, sem grande impacto afetivo. Apesar de reconhecer a existência de tais sonhos, Jung não elaborou uma concepção teórica a respeito (JUNG, 2019a). Sobre esse fenômeno, Jung (2019a) entende que é preciso levar em consideração outras possibilidades, além da telepatia, que possam

vir a explicar o sonho. Uma dessas possibilidades seria a criptomnésia, em que há recordação de eventos em que o sujeito não reconhece como sendo de sua própria experiência afetiva (MATTOON, 2013).

Os sonhos precognitivos, ou proféticos, “[...] vaticinam, com detalhes precisos, eventos futuros (além do dia seguinte) que são importantes para outras pessoas além do sonhador” (MATTOON, 2013, p. 249). Dessa maneira, diferem dos sonhos telepáticos pela concordância em detalhes com os acontecimentos exteriores. Jung (2019a) considerava o sonho profético um fenômeno raro e que, pelo fato de só poderem ser qualificados como proféticos após a ocorrência do evento prognosticado, não tinham muita utilidade para a predição do futuro (MATTOON, 2013).

Há, ainda, sonhos que são designados como grandes sonhos e pequenos sonhos. Segundo Silveira,

[...] os grandes são aqueles carregados de significações profundas, seja de caráter individual ou coletivo, sonhos que perturbam, infundem medo ou exaltam. Os que dizem respeito aos problemas ordinários da vida cotidiana são os pequenos sonhos (SILVEIRA, 1997, p. 97).

Ainda segundo a autora, os grandes sonhos são formados por imagens provenientes da camada mais profunda da psique, o inconsciente coletivo. Desta maneira, por estarem distantes do ego consciente, transmitem uma sensação de estranheza, cabendo-lhes a denominação de sobrenaturais (SILVEIRA, 1997). Os pequenos sonhos são aqueles relativos aos problemas cotidianos ordinários (SILVEIRA, 1997). Referidos sonhos não trazem uma carga afetiva que perturbam ou exaltam o sonhador, fatos que podem ocorrer com os grandes sonhos.

Com relação às funções do sonho, Jung (2019a) os divide em prospectivos, redutores e compensatórios.

Na função prospectiva, os sonhos atuam como antecipações, combinações precoces de possibilidades que surgem do inconsciente, uma vez que esta instância psíquica possui mais perspectivas que a consciência (JUNG, 2019a). Conforme Mattoon (2013), os sonhos prospectivos ocorrem quando a atitude consciente do sonhador apresenta-se muito desadaptada, insatisfatória. Nesses sonhos, a imagem advinda do inconsciente parece demonstrar um possível desdobramento de se continuar funcionando da mesma maneira desadaptada ou pode, também, indicar como o desenvolvimento necessário poderia ocorrer. Segundo Jung (2019a), os

sonhos desse tipo são relativamente raros e impelem o sonhador, de maneira mais veemente e eficaz, em direção à adaptação psíquica. Dessa maneira, os sonhos prospectivos oferecem soluções, mas, em outras ocasiões, “[...] antevêm ocorrências negativas, até mesmo catastróficas” (MATTOON, 2013, p. 245). Sobre esse último aspecto, uma antevisão de ocorrências negativas, Jung (2019b) relata o sonho de um colega médico. Segundo a análise de Jung, o sonho, no qual o sonhador escalava uma montanha muito alta, demonstrava, considerado todo o seu contexto, que este corria perigo de vida. Mesmo avisado acerca desse perigo e das precauções que deveria tomar, o sonhador as negligenciou e acabou por falecer em um acidente enquanto escalava uma montanha poucos meses depois (JUNG, 2019b).

Diferentemente dos prospectivos, que vão além em sua significação, os sonhos de função redutora são aqueles que, dentro da compreensão de Jung, acabam por coincidir com a visão de Freud. Tal situação confirma que Jung não discordava do psicanalista, apenas considerava sua hipótese incompleta. Para Jung (2019a), tal função redutora constela materiais relacionados essencialmente com desejos sexuais infantis reprimidos, bem como vontade infantil de poder e resíduos de sentimentos, pensamentos e instintos arcaicos. Ocorrem quando o esforço da atitude consciente em se adaptar ao ambiente exterior excede as capacidades individuais do sonhador, ou seja, quando tenta se mostrar-se melhor e com mais valor do que realmente possui (JUNG, 2019a).

Os efeitos dos sonhos redutores, diferentemente dos prospectivos, não são de cunho preparatório. “[...] o sonho redutor tende, antes, a desintegrar, a dissolver, depreciar, e mesmo destruir e demolir” (JUNG, 2019a, p. 208-209). Seu caráter redutor e retrospectivo, porém, não impede que o efeito de sua assimilação seja salutar ao sonhador (JUNG, 2019a).

Outra função do sonho é a de compensação. Conforme Mattoon (2013), os sonhos compensadores ou compensatórios se relacionam com o aspecto autorregulador da psique, no qual os sonhos funcionam como formas de contrabalançar a situação consciente num dado momento. A função compensatória é “[...] a pedra angular da teoria da interpretação dos sonhos de Jung” (MATTOON, 2013, p. 207). Segundo Jung (2019a), todas as produções oníricas teriam um caráter compensatório, mesmo que esta respectiva função não se apresente de maneira clara

na totalidade das vezes. A função compensatória, portanto, exerce papel fundamental no pensamento de Jung acerca dos sonhos.

Apesar disso, Jung sempre fez questão de deixar claro que não entendia como possível o estabelecimento de regras gerais para a análise dos sonhos, sendo a função compensatória “[...] o mais promissor acesso ao estudo dos sonhos particulares” (JUNG, 2016, p. 75). Diante da importância da função compensatória para o estudo dos sonhos dentro da Psicologia Analítica, visto que esta foi a que recebeu maior destaque na obra Junguiana, por representar o mecanismo autorregulador exercido naturalmente pelo inconsciente, ela será abordada de maneira mais aprofundada a seguir.

4 A FUNÇÃO COMPENSATÓRIA

Como já apontado, para Jung (2019a), os sonhos são produtos que retratam a situação inconsciente, sem disfarces, sendo que os mesmos, além de seus aspectos causais, trazem consigo uma finalidade, um “para quê”, “[...] uma tensão psicológica imanente dirigida a um objetivo futuro” (JUNG, 2019a, p.190). Dessa maneira, o método analítico propõe que essas produções oníricas podem contribuir para o desenvolvimento psíquico.

Considerando a perspectiva finalista, para Jung (2019a), a atividade psíquica se orienta na busca de um fim, sua autorrealização, num processo chamado de individuação. Quando a atitude do ego tende à desadaptação, o *self*, centro da psique global, visa contrabalançar essa desarmonia, num processo autorregulador em busca de equilíbrio psíquico e da ampliação da consciência. Trata-se de um mecanismo automático da atividade psíquica e que também se manifesta nos sonhos por meio da função compensatória.

Sob essa perspectiva, a função compensatória ao “[...] tentar restabelecer a nossa balança psicológica, produzindo um material onírico que reconstitui, de maneira sutil, o equilíbrio psicológico total” (JUNG, 2016b, p.56), é reconhecida, na teoria junguiana, como a função geral dos sonhos.

A função compensatória dos sonhos é, por vezes, referida como função complementar. Para Hall (2007), apesar de ambas não se diferenciarem em sua essência, que é a busca da autorregulação psíquica, a segunda seria uma forma mais

branda da primeira. Jung distinguiu a complementação da compensação, pois, para ele,

[...] o complemento é muito limitado e muito limitativo, e por isto não é capaz de explicar, de maneira satisfatória, a função onírica. Com efeito, ele designa uma relação em que duas ou mais coisas se completam, por assim dizer, forçosamente. A compensação, pelo contrário, é, como o próprio termo está dizendo, uma confrontação e uma comparação entre diferentes dados e diferentes pontos de vista, da qual resulta um equilíbrio ou uma retificação. (JUNG, 2019a, p. 242)

O caráter compensatório dos sonhos já era observado em descrições oníricas de outrora, destaca Jung (2019a), como, por exemplo, no relato do sonho de Nabucodonosor constante na Bíblia, mais especificamente, no capítulo IV, versículos 7-13, do Livro do Profeta Daniel. Nesse sonho, Jung (2019a) relata que quando se achava no auge de seu poder, o imperador babilônico sonhou com uma árvore. Era uma árvore gigantesca, forte e muito bela, que alimentava e servia de abrigo aos animais. Enquanto admirava a árvore, um Santo desceu do céu e ordenou que esta fosse destruída, despedaçada, jazendo assim em meio a intempéries e feras selvagens. Jung (2019a), completa, dizendo que

[...] na segunda parte do sonho a árvore se personifica, de modo que é fácil verificar que a grande árvore é o rei que sonha, e o próprio Daniel interpreta o sonho também neste sentido. O sonho significa, sem sombra de dúvida, uma tentativa de compensação do delírio de grandeza [...] (JUNG, 2019a, p. 201)

Segundo Jung (2019a), a relação da função compensatória com a situação consciente é direta, pois o conteúdo inconsciente por ela trazido vem justamente compensar a atitude consciente unilateral do indivíduo. Quando a atitude consciente do indivíduo é relativamente adaptada, “[...] mais ou menos suficiente, a importância do sonho se limita à sua significação puramente compensadora” (JUNG, 2019a, p.207). Haverá, nesses casos, uma consideração maior da atitude consciente em detrimento do ponto de vista do sonho, ou seja, do inconsciente. De maneira contrária, ou seja, “em presença de uma atitude manifestamente insuficiente e deficiente é que se tem direito de atribuir ao inconsciente um valor superior.” (JUNG, 2019a, p. 207). O inconsciente, nessas situações, procura traçar uma linha de atitude divergente da que vem sendo adotada pela capacidade consciente. A partir disso, surge o sonho de

“[...] função prospectiva dirigente, capaz de imprimir à atitude consciente uma orientação totalmente diferente e bem melhor do que a anterior [...]” (JUNG, 2019a, p. 208).

Em outro aspecto, quando o indivíduo, ainda que esteja bem adaptado à realidade, demonstra uma atitude consciente que não satisfaz sua essência individual natural, seus sonhos podem trazer imagens que carregam uma função redutora.

Toda aparência de grandeza e de importância falaciosas se dissipa diante das imagens redutoras de um sonho que analisa sua atitude consciente com implacável senso crítico, pondo às claras materiais arrasadores que se caracterizam por um registro completo de todas as suas fraquezas e inquietações. (JUNG, 2019a, p.209)

O papel redutor dos sonhos desses indivíduos que aparentam ser melhores e mais valiosos do que na realidade são, também apresenta um caráter compensador. Dessa maneira, apesar de seu cunho depreciativo e destrutivo, a assimilação desses conteúdos oníricos traz efeitos salutares, pois não afeta a personalidade total do sonhador, mas sua atitude (JUNG, 2019a). O aspecto destrutivo desses sonhos redutores, portanto, na medida em que visa contrabalançar a atitude consciente do sonhador, busca o equilíbrio psíquico e não a depreciação da personalidade.

Conforme Jung (2019a), ambas as funções, prospectiva e redutora, mesmo que ressaltem a força do inconsciente em relação à vida psíquica como um todo, ainda estão ligadas à atitude consciente do indivíduo e trazem consigo o caráter compensatório e sua função autorreguladora. A função redutora, inclusive, também foi qualificada por Jung (2019a) como função negativamente compensadora. Já a função prospectiva dirigente pode ter um efeito mais pungente para a consciência, mas, ainda assim, também tem um aspecto compensatório intrínseco.

Sempre que a atitude consciente se extrema, seja no sentido de extroversão ou introversão, que saia fora dos ritmos peculiares ao tipo psicológico do indivíduo, [...] sempre que o indivíduo supervaloriza ou, ao contrário, subestima a si próprio ou a outrem, sempre que necessidades específicas de cada um são negligenciadas, surgem sonhos compensadores indicando que a psique funciona como um sistema auto-regulador [sic] (SILVEIRA, 1997, p.94).

Dessa maneira, Jung (2019a) afirma que a função compensatória funciona como um mecanismo de defesa psíquico, de certa maneira análogo à condição

orgânica biológica: quando essa atua na resposta à uma situação que esteja causando danos e trazendo perigos à vida corporal, como, por exemplo, num ferimento, “[...] assim também as funções psíquicas reagem a perturbações não naturais ou perigosas, com mecanismos de defesa apropriados” (JUNG, 2019a, p.203).

A alma, por ser um sistema de autorregulação, tal como o corpo, equilibra sua vida. Todos os processos excessivos desencadeiam imediata e obrigatoriamente suas compensações. Podemos afirmar que a teoria das compensações é a regra básica, neste sentido, do comportamento psíquico em geral (JUNG, 2019b, p.36).

Esse mecanismo autorregulatório que visa o equilíbrio psíquico desencadeia suas compensações, de maneira imediata e obrigatória, na ocorrência de processos excessivos, ou seja, atitudes conscientes não adaptativas (JUNG, 2019b). Para Jung (2019b), sendo a autorregulação um processo que ocorre naturalmente na psique, a função compensatória representa sua faceta onírica. Jung (2019b) comenta, também, ser a atitude compensatória da psique das mais evidenciadas quando da análise onírica. Diante disso, entende que “[...] sempre é útil perguntar, quando se interpreta clinicamente um sonho: que atitude consciente é compensada pelo sonho?” (JUNG, 2019b, p.37) Para o autor, portanto, a busca pela compensação presente nos sonhos é sempre útil em um processo analítico.

A importância da função compensatória dos sonhos também é destacada no processo de análise como um todo. No tratamento da neurose, quando se busca o restabelecimento do equilíbrio entre consciente e inconsciente do analisando, a função compensatória dos sonhos pode ajudar. Quando os métodos mais simples não surtem efeito e ocorre uma estagnação, novas perspectivas de tratamento podem se descortinar pela análise dos sonhos e da função compensatória (JUNG, 2019a).

Na análise de séries de sonhos, não apenas de produções isoladas, observa-se que a função compensatória parece desempenhar um papel mais profundo, maior do que compensar unilateralidades ou desequilíbrios momentâneos da consciência. Sobre esse aspecto, Jung diz que essas

[...] ações compensatórias aparentemente isoladas obedecem a uma espécie de plano predeterminado. Parecem ligadas umas às outras e subordinadas, em sentido mais profundo, a um fim comum, de modo que uma longa série de sonhos não aparece mais como uma sucessão fortuita de acontecimentos

desconexos e isolados, mas como um processo de desenvolvimento e de organização que se desdobra segundo um plano bem elaborado (JUNG, 2019a, p. 244).

Esse plano predeterminado, para Jung, seria o processo de individuação. Sendo assim, por meio da análise dos sonhos, o indivíduo pode assimilar os conteúdos por eles apresentados e essa “[...] assimilação sucessiva de conteúdos inconscientes pode ser bem mais importante do que curar os sintomas [...]” (MATTOON, 2013, p. 273). Nesse sentido, Jung afirma que

[...] o caminho das assimilações sucessivas vai muito além de um êxito especificamente clínico. Ele conduz finalmente à meta distante, quem sabe à razão primeira da criação da vida, ou seja, à plena realização do homem inteiro, à individuação (JUNG, 2019b, p. 44).

Dessa maneira, a análise de sonhos e a respectiva assimilação do que dela surgir são, sob o enfoque de Jung, de grande valor para o ser humano, pois pode conduzi-lo à sua plena realização. Portanto, a importância da função compensatória para a Psicologia Analítica como um todo não pode ser diminuída, pois se relaciona de maneira significativa ao processo de individuação.

Há de se ressaltar, ainda, outro aspecto de relevância a respeito da função compensatória. Como já mencionado, Jung não sistematizou um corpo teórico acerca da análise do sonho e era contrário à criação de regras fixas para sua interpretação. A função compensatória, por representar, nos sonhos, o mecanismo autorregulador automático e geral da psique, é o conceito junguiano que mais se aproxima do papel de diretriz base para a análise onírica, sendo sempre útil buscar sua compreensão.

Sendo assim, por ocupar um lugar importante e significativo no corpo teórico da Psicologia Analítica, os sonhos e sua respectiva função compensatória estão ligados a conceitos fundamentais desse campo de estudo. Sua importância, porém, vai além da teoria, pois a análise das produções oníricas se mostra como meio eficiente de promover a saúde psíquica do sonhador, objetivo de qualquer processo psicoterápico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sonhos são produções psíquicas que acompanham a vida humana desde tempos imemoriais, conforme destacado já nos primeiros registros históricos conhecidos. Por meio de seus enredos, têm a capacidade de impactar emocionalmente o sonhador, com efeitos que podem durar uma vida inteira. As culturas antigas já atribuíam valor às produções oníricas e delas se valiam para determinar os rumos de suas sociedades, mesmo ante a dificuldade em interpretar imagens que pareciam sem sentido.

Freud teve o mérito de retomar o estudo dos sonhos, resgatando-os do desprezo racionalista, porém, foi Jung quem lhes deu papel mais relevante para a compreensão da psique.

Através de décadas de estudos e, principalmente, da prática na análise de milhares de sonhos de pacientes ao longo de sua carreira, Jung percebeu que o sonho não só apontava para o passado, para suas causas, mas, principalmente, para o futuro. Para ele, as produções oníricas, por mais que também possam tentar satisfazer desejos infantis reprimidos, dizem respeito a algo mais amplo e profundo, podendo vir a auxiliar o indivíduo em seu processo de individuação, a busca de sua realização plena. Para que isso possa ocorrer, porém, o sonho necessita ser compreendido e assimilado.

Assim, Jung percebeu que a autorregulação psíquica, mecanismo automático e que favorece o processo de individuação, a harmonização entre inconsciente e consciente, estava também presente nos sonhos. À faceta onírica da autorregulação, chamou de função compensatória. Jung, portanto, abordava o sonho na tentativa de captar o que o inconsciente estava tentando compensar em relação à atitude consciente. Ele buscava compreender como aquela produção inconsciente estava tentando contrabalançar a mente consciente para um equilíbrio psíquico que propiciasse a retomada do caminho da individuação.

Dessa maneira, a análise dos sonhos não é um processo simples. Os enredos oníricos, além de serem, em muitas ocasiões, contrários à lógica consciente e aparentemente desvinculados da vida desperta, são expressos por uma linguagem simbólica que nunca poderá ser completamente compreendida pela razão. Por conta disso, Jung entendia que a humildade do analista, aceitando sua ignorância sempre que ouve um sonho pela primeira vez, seria benéfica ao processo da análise onírica. Com o auxílio do sonhador, essa dificuldade de compreensão pode ser mitigada,

tendo em vista que o sonho é uma produção de sua própria psique. Ainda assim, os sonhos não são de fácil compreensão. O árduo trabalho em busca de seu significado, mormente por meio da função compensatória, é de grande valia para a análise. Ao buscar a compreensão da produção onírica, o indivíduo tem a oportunidade de retomar um desenvolvimento psíquico saudável, se redirecionando em busca da realização plena de suas potencialidades.

Diante do exposto, o presente estudo não teve a pretensão de esgotar toda a contribuição que Jung trouxe a respeito dos sonhos e de sua função compensatória, mas sim analisar parte da literatura junguiana a esse respeito, trazendo a revisão de um tema tão central da Psicologia Analítica.

Tem-se a expectativa que esse esforço acadêmico consiga despertar o leitor para a importância da análise dos sonhos, para uma maior compreensão dos processos psíquicos e, principalmente, para a individuação, conceito tão fundamental na Psicologia Analítica.

REFERÊNCIAS

FRANZ, Marie-Louise von. **O caminho dos sonhos: Marie-Louise Von Franz em conversa com Fraser Boa.** São Paulo: Cultrix, 1988.

FRANZ, Marie-Louise von. O processo de individuação. *In: O homem e seus símbolos.* 3.ed.especial. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016. p. 206-308.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos.** Porto Alegre: L&PM, 2016.

HALL, James A. **Jung e a interpretação dos sonhos: manual de teoria e prática.** 1.ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

HALL, Calvin S.; NORDBY, Vernon J. **Introdução à psicologia junguiana.** 1. ed. 11. reimp. São Paulo: Cultrix, 2014.

HOPCKE, Robert H. **Guia para a obra completa de C.G.Jung.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUNG, Carl Gustav. **A energia psíquica.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2019a.

JUNG, Carl Gustav. **Ab-reação, análise dos sonhos e transferência.** 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2019b.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões.** 30.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da personalidade**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2013b.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

JUNG, Carl Gustav. Chegando ao inconsciente. *In: O homem e seus símbolos*. 3.ed. especial. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016b. p. 15-132.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia e religião**. 11. ed. Petrópolis. Vozes, 2012.

JUNG, Carl Gustav. **Seminários sobre análise de sonhos**: notas do seminário dado em 1928-1930 por C.G.Jung; William McGuire (org.). 2ª ed. Petrópolis. Vozes, 2014b.

MACHADO, Almires; BELTRÃO, Jane. **Demarcação e conflitos**: de sonhos ao oguatá guassú, a extensa caminhada em busca da(s) terra(s) isenta(s) de mal(es). 2011. 15f. Apresentação no Encontro de Antropologia do Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MATTOON, Mary Ann. **Como entender os sonhos**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite**: a história e a ciência do sonho. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAMUELS, Andrew; SHORTER, Bani; PLAUT, Fred. **Dicionário crítico de análise junguiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

SILVEIRA, Nise da. **Jung**: vida e obra. 20.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.